

Demonstrações financeiras

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
com relatório dos auditores independentes

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	11

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
Salto - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Companhia"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Responsabilidade dos auditores independentes--Continuação

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, alertamos para o fato de que em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes e prejuízo apurado no exercício findo naquela data. Conforme comentado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a liquidação das notas promissórias depende do sucesso na obtenção de recursos financeiros de longo prazo. Adicionalmente, conforme também mencionado nessa nota explicativa, o empreendimento proporcionará diversas melhorias viárias, com orçamento significativo previsto para os próximos anos, cuja execução dependerá substancialmente dos recursos de longo prazo a serem obtidos. A recuperação dos valores investidos no ativo imobilizado e intangível, além dos outros ativos não circulantes, incluindo, mas não limitado a, saldos de impostos sobre a renda diferidos, depende do êxito do projeto e da consequente geração de resultados positivos futuros.


Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas *IFRS* que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 15 de fevereiro de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'B. Alfredo Baddini Blanc', written over a light blue rectangular background.

B. Alfredo Baddini Blanc
Contador CRC 1SP126402/O-8

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	47.951	27.347	75.125
Contas a receber (Nota 5)	14.118	9.909	7.669
Despesas antecipadas	4.273	874	1.162
Tributos a recuperar	3.834	1.808	247
Outros ativos	462	1.230	354
	<u>70.638</u>	<u>41.168</u>	<u>84.557</u>
Não circulante			
Contas a receber (Nota 5)	3.716	3.716	3.716
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 6.a)	14.094	7.269	2.251
Despesas antecipadas	951	246	-
Imobilizado (Nota 7)	9.142	6.515	1.641
Intangível (Nota 8)	811.787	733.510	715.845
	<u>839.690</u>	<u>751.256</u>	<u>723.453</u>
Total do ativo	<u>910.328</u>	<u>792.424</u>	<u>808.010</u>

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e prestadores de serviços	20.241	21.249	9.922
Notas promissórias (Nota 9)	603.605	481.438	449.472
Credor pela concessão	578	539	391
Obrigações tributárias	2.922	2.920	2.118
Obrigações trabalhistas	3.586	3.505	2.125
Instrumento financeiro derivativo (Nota 18)	23.454	-	-
Provisões (Nota 11)	3.658	23.248	84.744
Outros passivos	296	275	20
	<u>658.340</u>	<u>533.174</u>	<u>548.792</u>
Não circulante			
Provisões (Nota 11)	19.266	10.484	6.525
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	41.615	38.195	34.057
Outros passivos	2.925	3.163	27
	<u>63.806</u>	<u>51.842</u>	<u>40.609</u>
Total do passivo	<u>722.146</u>	<u>585.016</u>	<u>589.401</u>
Patrimônio líquido (Nota 12)			
Capital social subscrito	223.578	223.578	240.000
Capital social a integralizar	-	-	(16.422)
Capital social integralizado	223.578	223.578	223.578
Ajuste de avaliação patrimonial	(11.372)	-	-
Prejuízos acumulados	(24.024)	(16.170)	(4.969)
Total do patrimônio líquido	<u>188.182</u>	<u>207.408</u>	<u>218.609</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>910.328</u>	<u>792.424</u>	<u>808.010</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto prejuízo básico e diluído por lote de mil ações)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receita operacional líquida (Nota 13)	275.247	242.405	172.412
Custos dos serviços prestados (Nota 14)	<u>(182.878)</u>	<u>(161.748)</u>	<u>(93.572)</u>
Lucro bruto	92.369	80.657	78.840
Despesas e receitas operacionais:			
Gerais e administrativas (Nota 14)	(22.947)	(16.154)	(15.547)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	<u>(143)</u>	<u>51</u>	<u>10</u>
	<u>(23.090)</u>	<u>(16.103)</u>	<u>(15.537)</u>
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	69.279	64.554	63.303
Despesas financeiras (Nota 15)	(87.879)	(88.421)	(65.189)
Receitas financeiras (Nota 15)	<u>9.779</u>	<u>7.648</u>	<u>419</u>
	<u>(78.100)</u>	<u>(80.773)</u>	<u>(64.770)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(8.821)	(16.219)	(1.467)
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 6.c)	-	-	(372)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6.c)	<u>967</u>	<u>5.018</u>	<u>781</u>
	<u>967</u>	<u>5.018</u>	<u>409</u>
Prejuízo do exercício	<u>(7.854)</u>	<u>(11.201)</u>	<u>(1.058)</u>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações – em R\$ (Nota 17)	<u>(0,3513)</u>	<u>(0,5010)</u>	<u>(0,0496)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Prejuízo do exercício	(7.854)	(11.201)	(1.058)
Outros resultados abrangentes:			
Perda sobre hedge de fluxo de caixa (Nota 18)	(17.230)	-	-
Impostos diferidos sobre perda sobre hedge de fluxo de caixa	5.858	-	-
	<u>(11.372)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>(19.226)</u>	<u>(11.201)</u>	<u>(1.058)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	189.000	(3.822)	185.178	-	(3.911)	181.267
Subscrição de capital social (Nota 12.a)	51.000	(51.000)	-	-	-	-
Integralização de capital social (Nota 12.a)	-	38.400	38.400	-	-	38.400
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.058)	(1.058)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	240.000	(16.422)	223.578	-	(4.969)	218.609
Redução do capital social subscrito (Nota 12.a)	(16.422)	16.422	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(11.201)	(11.201)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	223.578	-	223.578	-	(16.170)	207.408
Perda sobre hedge de fluxo de caixa (Notas 12.c e 18)	-	-	-	(17.230)	-	(17.230)
Impostos diferidos sobre perda sobre hedge de fluxo de caixa (Notas 12.c e 18)	-	-	-	5.858	-	5.858
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(7.854)	(7.854)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	223.578	-	223.578	(11.372)	(24.024)	188.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

	2012	2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(7.854)	(11.201)	(1.058)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6.c)	(967)	(5.018)	(781)
Depreciação e amortização (Nota 14)	14.603	12.820	9.813
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias e credor pela concessão (Nota 15)	1.240	6.990	17.471
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias e financiamentos (Nota 15)	70.317	76.646	41.453
Perda não realizada com operação de derivativo (Notas 15 e 18)	6.224	-	-
Perda na baixa de bens do ativo intangível (Nota 8)	137	-	-
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 10.b)	3.420	4.138	1.157
Provisão para demandas judiciais (Nota 11.a)	206	1.438	42
Provisão para manutenção em rodovias (Nota 11.c)	8.993	1.453	1.755
	<u>96.319</u>	<u>87.266</u>	<u>69.852</u>
Variação nas contas de ativo:			
Contas a receber	(4.209)	(2.240)	(3.225)
Despesas antecipadas	(4.104)	42	2.186
Tributos a recuperar	(2.026)	(1.561)	(136)
Outros ativos	768	(876)	277
Variação nas contas de passivo:			
Fornecedores e prestadores de serviços	(1.008)	11.327	1.435
Credor pela concessão – ônus variável	39	148	23
Obrigações tributárias	2	802	(812)
Obrigações trabalhistas	81	1.380	1.248
Outros passivos	(217)	3.391	(370)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>85.645</u>	<u>99.679</u>	<u>70.478</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Investimentos no ativo imobilizado	(3.359)	(5.229)	(779)
Provisão para investimentos em rodovias – pagamentos	(35.205)	(56.989)	(9.500)
Investimentos no ativo intangível	(77.327)	(40.559)	(24.200)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(115.891)</u>	<u>(102.777)</u>	<u>(34.479)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Emissão de notas promissórias e captação de financiamentos	592.506	959.095	609.375
Pagamento de notas promissórias e financiamentos (principal)	(525.583)	(967.143)	(361.464)
Pagamento de juros sobre notas promissórias e financiamentos	(16.073)	(36.632)	(42.875)
Captação de mútuos com partes relacionadas	-	-	32.900
Pagamento de credor pela concessão - ônus fixo	-	-	(246.769)
Integralização de capital social	-	-	38.400
Caixa líquido gerado pelas (usados nas) atividades de financiamento	<u>50.850</u>	<u>(44.680)</u>	<u>29.767</u>
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	20.604	(47.778)	65.766
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.347	75.125	9.359
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>47.951</u>	<u>27.347</u>	<u>75.125</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

	2012	2011	2010
Receitas (Nota 13)			
Receitas de pedágio	172.442	158.685	147.120
Receita dos serviços de construção	113.479	97.350	37.478
Receitas acessórias	4.800	580	520
	<u>290.721</u>	<u>256.615</u>	<u>185.118</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços de construção (Nota 14)	(113.479)	(97.350)	(37.478)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(57.462)	(35.135)	(42.807)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias e credor pela concessão (Nota 15)	(1.240)	(6.990)	(17.471)
Custo da concessão – ônus variável (Nota 14)	(5.310)	(4.879)	(4.429)
	<u>(177.491)</u>	<u>(144.354)</u>	<u>(102.185)</u>
Valor adicionado bruto	<u>113.230</u>	<u>112.261</u>	<u>82.933</u>
Depreciação e amortização (Nota 14)	(14.603)	(12.820)	(9.813)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>98.627</u>	<u>99.441</u>	<u>73.120</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras (Nota 15)	9.779	7.648	419
	<u>9.779</u>	<u>7.648</u>	<u>419</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>108.406</u>	<u>107.089</u>	<u>73.539</u>
Pessoal (Nota 16)			
Salários e remunerações	(14.794)	(12.845)	(11.156)
Benefícios	(4.500)	(5.191)	(3.777)
Impostos, taxas e contribuições			
Federais (incluindo IOF)	(5.921)	(11.320)	(9.653)
Municipais	(8.757)	(8.047)	(7.278)
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 15)	(3.420)	(4.138)	(1.157)
Perda não realizada com operação de derivativo (Notas 15 e 18)	(6.224)	-	-
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias e financiamentos (Nota 15)	(70.317)	(76.646)	(41.453)
Aluguéis	(2.327)	(103)	(125)
Remuneração de capital próprio			
Prejuízo do exercício	7.854	11.201	1.058
Total do valor distribuído	<u>(108.406)</u>	<u>(107.089)</u>	<u>(73.539)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("CRT", "Concessionária" ou "Companhia"), com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, Estado de São Paulo, foi constituída em 19 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP ("ARTESP" ou "Poder Concedente").

A Companhia tem como objeto a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, Lote 21 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado de São Paulo, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, encerrando-se em 2039, compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

O Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo foi instituído em março de 1998, em decorrência do Programa Estadual de Desestatização instituído pela Lei Estadual nº. 9.361, de 1996. O regime escolhido foi o de concessão por prazo certo, durante o qual as concessionárias se responsabilizam, por sua conta e risco, pela totalidade dos investimentos e recursos necessários ao cumprimento dos contratos, remunerados pela cobrança de pedágios e por outras receitas acessórias, a exemplo da exploração de publicidade.

O ônus fixo, estabelecido no Contrato de Concessão Rodoviária, pago à ARTESP, foi de R\$517 milhões. Com as correções dos valores das parcelas pelo IPCA, conforme determinado pelo Contrato de Concessão, o valor total da outorga fixa passou a ser de R\$ 542 milhões, o qual foi pago integralmente dentro dos prazos estipulados pela ARTESP. A Companhia reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível, como "direito da outorga de concessão".

Adicionalmente, a Companhia possui a obrigação de pagamento mensal do ônus variável, correspondente a 3% da receita bruta de arrecadação de pedágio. Os recursos necessários para pagamento do direito de outorga da concessão foram obtidos por meio de financiamentos bancários.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

O Corredor Marechal Rondon Leste tem como eixo principal a rodovia SP-300, totalizando 417 km, que é uma importante rodovia radial de atendimento da região oeste do Estado de São Paulo. A rodovia SP-300 tem diretriz noroeste, passando pelas regiões de Botucatu, Bauru e Araçatuba. Com a construção da Rodovia Castelo Branco (SP-280), em 1969, essa rodovia perdeu parte da sua importância, adquirindo o papel de principal via radial de sua região. A rodovia se inicia no km 62 da via Anhanguera, no município de Jundiá, e segue na direção noroeste por cerca de 600 km até a divisa do Estado de São Paulo com o Estado do Mato Grosso do Sul, atravessando dezenas de cidades, dentre as quais Itu, Porto Feliz, Tietê, Laranjal Paulista, Botucatu, São Manuel, Lençóis Paulista, Agudos, Bauru, Pirajuí, Cafelândia, Lins, Promissão, Penápolis, Araçatuba, Guararapes, Valparaíso, Mirandópolis e Andradina.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob-responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-113, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e,
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob-responsabilidade da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$1.024 milhões (R\$2.244 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Os valores dos investimentos poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

No dia 17 de novembro de 2009 à zero hora, a Companhia iniciou a cobrança das tarifas nas 9 praças de pedágio de sua responsabilidade, com base na autorização da ARTESP, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de novembro de 2009. Anteriormente a essa data, a Companhia possuía uma praça de pedágio ativa, cuja cobrança ocorria em apenas um sentido da via. Essa praça foi recebida do Governo do Estado no ato da assinatura do Contrato de Concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Em 09 de fevereiro de 2012, a Comissão de Valores Mobiliários concedeu à Companhia o registro de companhia aberta. O objetivo desse registro é possibilitar a emissão de debêntures, de acordo com a Instrução CVM 400, conforme comentado abaixo.

Situação financeira

Tal como esperado nas projeções financeiras do modelo de negócio para os primeiros anos de atividade, a Companhia tem incorrido em prejuízos operacionais, tendo apurado prejuízo líquido de R\$7.854 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, naquela data, apresentou um excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante de R\$587.702. Naquela data, o endividamento da Companhia estava composto, substancialmente, por notas promissórias com vencimento para 13 de agosto de 2013, no montante de R\$603.605 (vide nota explicativa nº 9), remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescidas de 3,7% ao ano.

Conforme comentado anteriormente, a Companhia, em 2009, assumiu a operação do Corredor Marechal Rondon Leste, após ser a vencedora do processo licitatório ocorrido em 2008, sendo pago ao poder concedente o montante de R\$542 milhões a título de outorga fixa durante os 18 primeiros meses de operação.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Situação financeira--Continuação

Para financiar este projeto, a Concessionária obteve junto a um sindicato bancário liderado pelo Banco do Brasil e Banco Espírito Santo um empréstimo-ponte no valor de R\$340 milhões, quitado em 21 de dezembro de 2010 com os recursos obtidos pela emissão da 1ª série de notas promissórias com vencimento para 21 de junho de 2011, prorrogadas para 17 de dezembro de 2011 (2ª série) e, novamente, para 13 de junho de 2012 (3ª série), para melhor estruturação do empréstimo de longo prazo pelo mesmo sindicato contratado para o empréstimo ponte.

A operação de longo prazo estruturada pelo sindicato previa a obtenção de parte dos recursos via debêntures e parte via BNDES, que prevê amortizações lineares e não otimizadas de acordo com a evolução do fluxo de caixa da Companhia, além de *cross default* com outras operações dos acionistas. Este cenário não atendia as necessidades da Concessionária, que optou por rescindir, em 2012, o contrato arcando integralmente com as despesas contratuais estipuladas.

Na sequência, em 26 de março de 2012, a Companhia contratou o Banco Barclays para a estruturação de uma nova operação com recursos oriundos totalmente via emissão de debêntures e com o amparo da Lei nº 12.431, que prevê isenção de impostos para investidores nacionais e estrangeiros para investimentos de infraestrutura. Devido ao curto prazo para a emissão e distribuição dos papéis, a Companhia optou por seguir a instrução CVM 476, que prevê um máximo de 50 investidores para a oferta. No entanto, durante o período de *road show*, percebeu-se uma retração do mercado internacional devido à crise europeia e à volatilidade cambial dos últimos meses. Já os investidores nacionais, principalmente com políticas de crédito mais conservadoras, optaram por aguardar a estabilização do mercado financeiro, além de novas operações enquadradas na Lei nº 12.431, visto que era a primeira baseada na nova legislação, apesar das taxas atrativas dos papéis remunerados a IPCA+8,75%. Com este cenário, a Companhia decidiu que a melhor opção seria alongar sua dívida de curto prazo por 12 meses, para então emitir as debêntures nos mesmos moldes da oferta anterior, optando pela Instrução CVM 400, que possibilita uma gama maior de investidores, além do amadurecimento das operações enquadradas pela Lei nº 12.431. Para isso, a Companhia cancelou, em 1º de junho de 2012, a operação com o Banco Barclays e contratou o Banco BTG Pactual S.A., que adquiriu no mercado secundário as notas promissórias que venceram dia 13 de junho de 2012, prorrogando-as em 60 dias.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Situação financeira--Continuação

Em 13 de agosto de 2012, a Companhia realizou a emissão da 4ª série de notas promissórias comerciais, no montante de R\$600.000, tomadas integralmente pelo Banco BTG Pactual S.A., com vencimento em 13 de agosto de 2013, garantidas por: (i) alienação fiduciária das ações de controle acionário da Companhia; (ii) cessão fiduciária da totalidade dos recebíveis da Companhia; e (iii) constituição em garantia de todos os direitos emergentes da concessão. Os recursos financeiros obtidos, líquidos de custos de captação de R\$7.494, foram utilizados na liquidação das notas promissórias da emissão anterior, no montante de R\$525.583 em 13 de agosto de 2012, e o restante, no valor de R\$66.923, está sendo destinado para o financiamento de obras, conforme cronograma previsto no Contrato de Concessão. Dessa forma, a Concessionária vem mantendo suas operações em conformidade com o contrato de concessão, até que a obtenção de recursos financeiros de longo prazo, através da emissão de debêntures, seja efetivamente realizada.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, as demonstrações financeiras estão de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards – IFRS*") emitidas pelo "*International Accounting Standards Board – IASB*".

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas estimativas contábeis baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2013.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

2.1) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços prestados.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver o reconhecimento de receita:

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A Companhia contabiliza as receitas de serviços de construção de acordo com os pronunciamentos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas, em conta de resultado proveniente de receitas de construção, tendo como contrapartida o ativo intangível. A receita de serviços de construção é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Esta receita é calculada com base nos custos dos serviços prestados, acrescida de uma margem, definida pela administração, com base em premissas devidamente fundamentadas. No caso da Companhia, esta margem é de 0% (zero por cento) devido ao modelo adotado de contratação das obras.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.1) Apuração do resultado--Continuação

Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e reversão de ajustes a valor presente.

2.2) Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.2) Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado--Continuação

Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Derivativos embutidos em contratos principais são contabilizados como derivativos separados quando os seus riscos e características econômicas não são intimamente relacionados com aqueles dos contratos principais e os contratos principais não forem contabilizados a valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são mensurados a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo reconhecidos na demonstração do resultado. Uma nova revisão somente ocorre quando houver uma mudança nos termos do contrato que significativamente altere os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos. Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, a Companhia não fazia parte de contratos com derivativos embutidos.

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, a Companhia não possui ativos financeiros a valor justo por meio de resultado.

b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis geralmente não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

b) Empréstimos e recebíveis--Continuação

A amortização dos juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração do resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, os ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis referem-se à caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos abaixo:

- Caixa e equivalentes de caixa - compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- Contas a receber - referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Quando julgado necessário pela administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização.

c) Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

c) Investimentos mantidos até o vencimento--Continuação

A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

d) Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários, até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

d) Ativos financeiros disponíveis para venda--Continuação

O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos expirarem; e
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado--Continuação

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, outros passivos financeiros, ou derivativos classificados como instrumento de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de outros passivos financeiros, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Os passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores e prestadores de serviços, notas promissórias a pagar, credor pela concessão, mútuos a pagar a partes relacionadas e instrumento financeiro derivativo.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Incluem os passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 – Derivativos, incluindo derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, a Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

b) Outros passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, outros passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

b) Outros passivos financeiros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, todos os instrumentos financeiros passivos da Companhia, exceto pelo instrumento financeiro derivativo, estão classificados nessa categoria.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteção de risco de taxa de juros das notas promissórias (*swap* de taxa de juros). O instrumento financeiro derivativo foi inicialmente reconhecido ao valor justo na data em que o derivativo foi contratado, sendo reavaliado subsequentemente também ao valor justo. Esse instrumento financeiro derivativo é apresentado como ativo financeiro quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivo financeiro quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários.

Para os fins de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), existem as seguintes classificações:

- *hedge* de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado; ou
- *hedge* de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; ou
- *hedge* de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

No reconhecimento inicial da relação de *hedge*, a Companhia classificou formalmente e documentou a relação de *hedge* à qual a Companhia desejou aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação incluiu a identificação do instrumento de *hedge*, o item objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia avaliou a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças nos fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*. A demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do *hedge*, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de *hedge* do patrimônio líquido para o resultado, foram também incluídos na documentação da relação de *hedge*. Espera-se que esse *hedge* seja altamente eficaz para compensar mudanças nos fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliado para verificar se foi, de forma efetiva, altamente eficaz ao longo de todo o período-base para o qual foi destinado.

Por ser designado como um *hedge* de fluxo de caixa, a parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para a relação de *hedge* excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.3) Instrumentos financeiros--Continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

O valor contabilizado em outros resultados abrangentes é transferido imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado. Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

2.4) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para investimentos em rodovias: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão, cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível; e,
- Provisão para manutenção em rodovias: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré-estabelecidos de utilização.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.4) Ajuste a valor presente de ativos e passivos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, os saldos nominais e os respectivos saldos a valor presente estão demonstrados abaixo:

	2012	2011	2010
Passivo não circulante			
Provisão para investimentos em rodovias a valor nominal	8.144	28.861	91.510
Provisão para investimentos em rodovia a valor presente (i)	8.078	28.085	88.513
Ajuste a valor presente	66	776	2.997
Provisão para manutenção a valor nominal	21.620	8.917	4.270
Provisão para manutenção a valor presente (ii)	13.160	4.167	2.714
Ajuste a valor presente	8.460	4.750	1.556

- (i) As mensurações dos respectivos valores presentes foram calculadas originalmente com base no método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração foi baseada na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros, na data da assinatura do Contrato de Concessão.
- (ii) A mensuração do valor presente é calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflita a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado.

2.5) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 7, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.6) Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Companhia recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros no ativo.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

2.7) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda, se houver. Por se tratar de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente antes dos impostos, pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo, para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) estimado calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.7) Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis-- Continuação

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, não foram apuradas perdas por redução ao valor recuperável.

2.8) Custos de empréstimos e financiamentos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, quando aplicável.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos que financiarão um ativo qualificável são deduzidos dos encargos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros encargos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

2.9) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.9) Provisões--Continuação

Provisão para demandas judiciais--Continuação

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.10) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.11) Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de divulgação. A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas, exceto as de construção, são provenientes, substancialmente, de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.12) Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o exercício, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.13) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012

As políticas contábeis adotadas em 2012 são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras do ano anterior, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

- *IAS 12 Impostos de Renda (Revisão) – Impostos Diferidos – Recuperação de Ativos Subjacentes*

A revisão esclarece a determinação de cálculo de impostos diferidos sobre propriedade para investimento mensurados a valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 (CPC 31) deve ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado por meio da venda. Adicionalmente, introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27) sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão entrou em vigor em 1º de janeiro de 2012, porém não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia.

- *IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS (Revisão) - Hiperinflação e Remoção de Datas Fixas para Primeira Adoção (Revisão)*

O IASB forneceu orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de demonstrações financeiras com base nas IFRS quando sua moeda funcional deixa de estar sujeita à hiperinflação. A revisão entrou em vigor em 1º de julho de 2011, porém não gerou nenhum impacto sobre a Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.13) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012--Continuação

- *IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgação — Exigências Maiores para Divulgação de desreconhecimentos*

A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não desreconhecidos para permitir que o usuário das demonstrações financeiras entenda a relação entre os ativos que não foram desreconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desreconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada entrou em vigor em 1º de julho de 2011, porém não houve impacto sobre suas demonstrações financeiras.

2.14) Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar as normas aplicáveis, quando as mesmas entrarem em vigor.

- *IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes*

As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados ao resultado em certo período no futuro deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados. Estas revisões passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013, porém não terá impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- *IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda)*

O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.14) Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012--Continuação

- IAS 19 *Benefícios aos Empregados* (Emenda)--Continuação

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013, porém não terá impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- IAS 28 *Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures* (revisado em 2011)

Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 *Investimentos em Associadas e Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *joint ventures*, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta nova norma não trará impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia.

- IAS 32 *Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IAS 32*

Estas revisões explicam o significado de "atualmente tem o direito legal de compensação". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

- IFRS 1 – *Empréstimos do Governo – Revisões da IFRS 1*

Estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências da IAS 20 *Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais*, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação necessária para isso tinha sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.14) Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012--Continuação

- *IFRS 1 – Empréstimos do Governo – Revisões da IFRS 1--Continuação*

A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior à do mercado. As revisões terão vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e não terão impacto sobre a Companhia.

- *IFRS 7 – Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IFRS 7*

Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. As revisões entrarão em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013. Estas revisões não trarão impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia.

- *IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração*

A norma IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição da norma IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo, a norma *Alterações à IFRS9 - Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição*, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de hedge e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.14) Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012--Continuação

- *IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas*

A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 *Consolidação - Entidades de Propósito Específico*. O IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pelo IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam na IAS 27. Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e não terá impacto sobre a Companhia.

- *IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos*

O IFRS 11 substitui o IAS 31, *Interesses em Empreendimentos Conjuntos* e a SIC-13, *Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores*. O IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (*joint venture*) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. Esta norma entra em vigor para períodos anuais com início a partir 1º de janeiro de 2013, e deverá ser aplicada retrospectivamente a empreendimentos conjuntos mantidos na data da aplicação inicial, porém não terá impacto sobre a Companhia.

- *IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades*

A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas na IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Uma série de novas divulgações também são necessárias. Esta nova norma não trará impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.14) Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012--Continuação

- *IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades--Continuação*

Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

- *IFRS 13 Mensuração do Valor Justo*

A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações financeiras decorrente da adoção desta norma.

- *IFRIC 20 Custos de Remoção de Resíduos na Fase de Produção de uma Mina de Superfície*

Esta interpretação é aplicável aos custos de remoção dos resíduos (*stripping costs*) incorridos na atividade de mineração de superfície, durante a fase de produção da mina. A interpretação aborda a contabilização do benefício da atividade de remoção de resíduos. A interpretação terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A nova interpretação não terá impacto sobre a Companhia.

Melhorias Anuais – maio 2012

As melhorias apresentadas abaixo, as quais terão vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, não terão impacto sobre a Companhia:

- *IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS* - esta melhoria explica que uma entidade que deixou de adotar as IFRS no passado e optou por, ou foi obrigada a adotar as IFRS, poderá re-adotar a IFRS 1. Se a IFRS 1 não for re-adotada, a entidade deverá reapresentar retrospectivamente suas demonstrações financeiras como se nunca tivesse deixado de adotar as IFRS.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis--Continuação

2.14) Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012--Continuação

Melhorias Anuais – maio 2012--Continuação

- *IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras* - esta melhoria esclarece a diferença entre a informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima necessária. Geralmente, a informação comparativa mínima necessária refere-se ao período anterior.
- *IAS 16 Imobilizado* - esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques.
- *IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação* - esta melhoria esclarece que os impostos de renda decorrentes de distribuições a acionistas são contabilizados em conformidade com a IAS 12 Impostos de Renda.
- *IAS 34 Demonstrações Financeiras Intermediárias* - a revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas demonstrações financeiras intermediárias. Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisão para demandas judiciais

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, conforme determinado pela ICPC 01 (IFRIC 12), a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - são estimados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado nas notas explicativas nº 8 e 11.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do Contrato de Concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, nesses casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data do balanço, em contrapartida à despesa do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011	2010
Disponibilidades	1.132	1.886	3.958
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (i)	43.819	25.461	71.167
Debêntures – operações compromissadas (ii)	3.000	-	-
	<u>47.951</u>	<u>27.347</u>	<u>75.125</u>

- (i) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, com possibilidade de resgate imediato sem mudança significativa de valor, remunerados com base em percentuais diários da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).
- (ii) Referem-se à aplicação em títulos, com liquidez imediata e compromisso de recompra pela própria instituição financeira. Os títulos são remunerados com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

5. Contas a receber

	2012	2011	2010
Pedágio eletrônico a receber (i)	8.199	8.130	6.000
Cartões de pedágio a receber (i)	760	391	769
Receitas acessórias (i)	4.446	-	-
Indenizações a receber do Poder Concedente (ii)	3.716	3.716	3.716
Valores em trânsito	713	1.388	900
	<u>17.834</u>	<u>13.625</u>	<u>11.385</u>
Não circulante	(3.716)	(3.716)	(3.716)
Circulante	<u>14.118</u>	<u>9.909</u>	<u>7.669</u>

- (i) A administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com esses recebíveis em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010. Os valores a receber vencem em até 45 dias e não há créditos em atraso.
- (ii) Refere-se a tarifas não recebidas durante a suspensão da cobrança das tarifas entre os dias 18 e 24 de novembro de 2009, da praça de pedágio situada no município de Conchas, e entre os dias 20 e 24 de novembro de 2009, das demais praças, originada de uma ação civil pública movida pelo promotor de justiça da Comarca de Conchas, Estado de São Paulo. Essa liminar foi cassada e a administração pleiteia o reequilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão junto ao Poder Concedente pelos dias que não houve a cobrança de pedágio. A Administração não espera perdas sobre esses valores, uma vez que a Companhia atendeu as regras estabelecidas no Contrato de Concessão, iniciando a arrecadação após a entrega do programa inicial de construção das praças de pedágio e das rodovias, e, dessa forma, o reequilíbrio econômico e financeiro é devido e previsto no Contrato de Concessão.

6. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

	2012	2011	2010
Ativo:			
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	9.183	6.602	321
Diferenças temporárias:			
Provisão para demandas judiciais	573	503	14
Provisão para participação nos lucros	657	689	293
Outras provisões	182	228	81
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (I):			
Perda não realizada com operação de derivativo (iii)	7.974	-	-
Provisão para manutenção de rodovias	4.474	1.416	922
Provisão para investimentos em rodovias	2.747	9.548	30.094
Diferenças sobre imobilizado e intangível, líquida	3.051	(3.942)	(26.864)
Reversão do ajuste a valor presente de credor pela concessão	-	1.743	2.011
	<u>28.841</u>	<u>16.787</u>	<u>6.872</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

6. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

	2012	2011	2010
Passivo:			
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (i):			
Amortização – curva de tráfego (ii)	(14.747)	(9.518)	(4.621)
	<u>(14.747)</u>	<u>(9.518)</u>	<u>(4.621)</u>
Líquido	<u>14.094</u>	<u>7.269</u>	<u>2.251</u>

- (i) Refere-se ao efeito tributário sobre as diferenças temporárias apuradas em decorrência dos ajustes trazidos pela adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (ii) Refere-se aos tributos diferidos sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.
- (iii) Refere-se ao efeito tributário sobre o valor justo do derivativo em 31 de dezembro de 2012 (vide Nota 18). Desse montante, R\$2.116 foi reconhecido em contrapartida ao resultado do exercício e R\$5.858, foi reconhecido em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2012, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$27.009 (R\$19.418 em 31 de dezembro de 2011 e R\$944 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia contabilizou os créditos tributários sobre saldo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base em estudo técnico, aprovado pelo Conselho de Administração, que evidencia a geração de lucros tributáveis futuros. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes às previsões.

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados em decorrência da solução final das respectivas demandas judiciais e outros eventos, cuja perspectiva de realização é de longo prazo.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

6. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.470	-	1.470
Efeito tributário sobre compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no exercício	(76)	-	(76)
Diferenças temporárias:			
Provisão para demandas judiciais	14	-	14
Provisão para participação nos lucros	293	-	293
Outras provisões	81	-	81
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:			
Provisão para manutenção de rodovias	596	-	596
Provisão para investimentos em rodovias			
Atualização monetária	1.599	-	1.599
Reversão do ajuste a valor presente	1.293	-	1.293
Pagamento da provisão pela realização de obras	(3.229)	-	(3.229)
Reversão do ajuste a valor presente de credor pela concessão	2.011	-	2.011
Diferença sobre imobilizado e intangível, líquida	3.229	-	3.229
Amortização – curva de tráfego	(409)	(4.621)	(5.030)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	6.872	(4.621)	2.251
Efeito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social do exercício	6.281	-	6.281
Diferenças temporárias:			
Provisão para demandas judiciais	489	-	489
Provisão para participação nos lucros	403	-	403
Outras provisões	140	-	140
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:			
Provisão para manutenção de rodovias	494	-	494
Provisão para investimentos em rodovias			
Atualização monetária	1.663	-	1.663
Reversão do ajuste a valor presente	713	-	713
Remensuração da provisão para realização de obras	(3.546)	-	(3.546)
Pagamento da provisão pela realização de obras	(19.376)	-	(19.376)
Reversão do ajuste a valor presente de credor pela concessão	(268)	-	(268)
Diferença sobre imobilizado e intangível, líquida	22.922	-	22.922
Amortização – curva de tráfego	-	(4.897)	(4.897)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	16.787	(9.518)	7.269
Efeito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social do exercício	2.581	-	2.581
Diferenças temporárias:			
Provisão para demandas judiciais	70	-	70
Provisão para participação nos lucros	(32)	-	(32)
Outras provisões	(46)	-	(46)
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:			
Perda não realizada com operação de derivativo	7.974	-	7.974
Provisão para manutenção de rodovias	3.058	-	3.058
Provisão para investimentos em rodovias			
Atualização monetária	180	-	180
Reversão do ajuste a valor presente	241	-	241
Remensuração da provisão para realização de obras	4.746	-	4.746
Pagamento da provisão pela realização de obras	(11.968)	-	(11.968)
Reversão do ajuste a valor presente de credor pela concessão	(1.743)	-	(1.743)
Diferença sobre imobilizado e intangível, líquida	6.993	-	6.993
Amortização – curva de tráfego	-	(5.229)	(5.229)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	28.841	(14.747)	14.094

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

6. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

c) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	2012	2011	2010
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(8.821)	(16.219)	(1.467)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	2.999	5.514	499
Diferenças permanentes	(2.032)	(496)	(90)
	<u>967</u>	<u>5.018</u>	<u>409</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:			
Corrente	-	-	(372)
Diferido	967	5.018	781
	<u>967</u>	<u>5.018</u>	<u>409</u>
Taxa efetiva	11%	31%	28%

7. Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	2012			2011	2010
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	709	(99)	610	299	197
Equipamentos de informática	20	2.325	(1.094)	1.231	1.208	1.126
Equipamentos de telefonia	20	197	(52)	145	183	5
Terrenos	-	84	-	84	-	-
Edifícios	3,8	6.175	-	6.175	-	-
Imobilizações em andamento	-	-	-	-	4.728	250
Adiantamentos a fornecedores	-	203	-	203	-	-
Outros	10 a 20	929	(235)	694	97	63
		<u>10.622</u>	<u>(1.480)</u>	<u>9.142</u>	<u>6.515</u>	<u>1.641</u>

Refere-se a bens não vinculados ao contrato de concessão, de propriedade, portanto, da Companhia.

O saldo de edifícios refere-se ao centro de controle operacional e sede da Companhia na cidade de Salto/SP.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

7. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2012			
	Saldo Inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Custo				
Móveis e utensílios	343	366	-	709
Equipamentos de informática	1.853	472	-	2.325
Equipamentos de telefonia	196	1	-	197
Terrenos	-	84	-	84
Edifícios	-	-	6.175	6.175
Imobilizações em andamento	4.728	1.447	(6.175)	-
Adiantamentos a fornecedores	-	203	-	203
Outros	143	786	-	929
	<u>7.263</u>	<u>3.359</u>	<u>-</u>	<u>10.622</u>
Depreciação				
Móveis e utensílios	(44)	(55)	-	(99)
Equipamentos de informática	(645)	(449)	-	(1.094)
Equipamentos de telefonia comercial	(13)	(39)	-	(52)
Outros	(46)	(189)	-	(235)
	<u>(748)</u>	<u>(732)</u>	<u>-</u>	<u>(1.480)</u>
Líquido	<u>6.515</u>	<u>2.627</u>	<u>-</u>	<u>9.142</u>
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2011			
	Saldo Inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Custo				
Móveis e utensílios	210	133	-	343
Equipamentos de informática	1.475	378	-	1.853
Equipamentos de telefonia	7	189	-	196
Imobilizações em andamento	250	4.478	-	4.728
Outros	92	51	-	143
	<u>2.034</u>	<u>5.229</u>	<u>-</u>	<u>7.263</u>
Depreciação				
Móveis e utensílios	(13)	(31)	-	(44)
Equipamentos de informática	(349)	(296)	-	(645)
Equipamentos de telefonia comercial	(2)	(11)	-	(13)
Outros	(29)	(17)	-	(46)
	<u>(393)</u>	<u>(355)</u>	<u>-</u>	<u>(748)</u>
Líquido	<u>1.641</u>	<u>4.874</u>	<u>-</u>	<u>6.515</u>
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010			
	Saldo Inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Custo				
Móveis e utensílios	-	210	-	210
Equipamentos de informática	1.164	311	-	1.475
Equipamentos de telefonia	-	7	-	7
Imobilizações em andamento	-	250	-	250
Outros	91	1	-	92
	<u>1.255</u>	<u>779</u>	<u>-</u>	<u>2.034</u>
Depreciação				
Móveis e utensílios	-	(13)	-	(13)
Equipamentos de informática	(74)	(275)	-	(349)
Equipamentos de telefonia comercial	-	(2)	-	(2)
Outros	(3)	(26)	-	(29)
	<u>(77)</u>	<u>(316)</u>	<u>-</u>	<u>(393)</u>
Líquido	<u>1.178</u>	<u>463</u>	<u>-</u>	<u>1.641</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

8. Intangível

a) Composição

		2012			2011	2010
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido	Líquido
Direito de outorga da concessão	(i)	542.244	(29.903)	512.341	522.450	532.050
Direito de exploração da infraestrutura						
Gastos iniciais da concessão	(ii)	111.548	(5.694)	105.854	92.162	104.051
Serviços de construção - obras concluídas	(iii)	125.173	(3.448)	121.725	74.366	36.979
Serviços de construção - em andamento	(iii)	66.198	-	66.198	37.007	34.738
Outros	(iv)	5.522	(381)	5.141	6.879	7.432
Direito de uso de software		954	(426)	528	646	595
		<u>851.639</u>	<u>(39.852)</u>	<u>811.787</u>	<u>733.510</u>	<u>715.845</u>

- (i) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente e acrescido da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. Substancialmente as praças de pedágio entraram em operação em novembro de 2009.
- (ii) Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente com o objetivo de atender um nível específico de operacionalidade, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio. A Companhia reconheceu esse ativo intangível, na data de adoção da ICPC 01 (IFRIC 12), em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 11.b).
- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (iv) Refere-se aos investimentos programados, até o final da concessão, que não geram receitas adicionais. A Companhia reconheceu esses investimentos, a valor presente, acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos proporcionalmente à entrada em operação de cada praça de pedágio, em contrapartida da rubrica provisão para investimentos em rodovias (vide nota explicativa nº 11.b).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

8. Intangível--Continuação

b) Movimentação

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2012					Saldo final
	Saldo Inicial	Adições	Remensuração	Baixas	Transferências	
Custo						
Direito de outorga da concessão	542.244	-	-	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura						
Gastos iniciais da concessão	96.036	-	15.591	(215)	136	111.548
Serviços de construção - obras concluídas	76.226	-	-	-	48.947	125.173
Serviços de construção - em andamento	37.007	78.274	-	-	(49.083)	66.198
Outros	7.155	-	(1.633)	-	-	5.522
Direito de uso de software	901	53	-	-	-	954
	759.569	78.327	13.958	(215)	-	851.639
Amortização						
Direito de outorga da concessão	(19.794)	(10.109)	-	-	-	(29.903)
Direito de exploração da infraestrutura						
Gastos iniciais da concessão	(3.874)	(1.898)	-	78	-	(5.694)
Serviços de construção - obras concluídas	(1.860)	(1.588)	-	-	-	(3.448)
Outros	(276)	(105)	-	-	-	(381)
Direito de uso de software	(255)	(171)	-	-	-	(426)
	(26.059)	(13.871)	-	78	-	(39.852)
Líquido	733.510	64.456	13.958	(137)	-	811.787

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2011				Saldo final
	Saldo Inicial	Adições	Remensuração	Transferências	
Custo					
Direito de outorga da concessão	542.244	-	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	106.046	-	(10.010)	-	96.036
Serviços de construção - obras concluídas	38.134	-	-	38.092	76.226
Serviços de construção - em andamento	34.738	40.361	-	(38.092)	37.007
Outros	7.574	-	(419)	-	7.155
Direito de uso de software	703	198	-	-	901
	729.439	40.559	(10.429)	-	759.569
Amortização					
Direito de outorga da concessão	(10.194)	(9.600)	-	-	(19.794)
Direito de exploração da infraestrutura					
Gastos iniciais da concessão	(1.995)	(1.879)	-	-	(3.874)
Serviços de construção - obras concluídas	(1.155)	(705)	-	-	(1.860)
Outros	(142)	(134)	-	-	(276)
Direito de uso de software	(108)	(147)	-	-	(255)
	(13.594)	(12.465)	-	-	(26.059)
Líquido	715.845	28.094	(10.429)	-	733.510

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

8. Intangível--Continuação

b) Movimentação--Continuação

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010			
	Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Custo				
Direito de outorga da concessão	542.244	-	-	542.244
Direito de exploração da infraestrutura				
Gastos iniciais da concessão	106.046	-	-	106.046
Serviços de construção - obras concluídas	36.545	-	1.589	38.134
Serviços de construção - em andamento	1.135	35.192	(1.589)	34.738
Outros	7.574	-	-	7.574
Direito de uso de software	243	460	-	703
	<u>693.787</u>	<u>35.652</u>	<u>-</u>	<u>729.439</u>
Amortização				
Direito de outorga da concessão	(3.253)	(6.941)	-	(10.194)
Direito de exploração da infraestrutura				
Gastos iniciais da concessão	(558)	(1.437)	-	(1.995)
Serviços de construção - obras concluídas	(226)	(929)	-	(1.155)
Outros	(45)	(97)	-	(142)
Direito de uso de software	(15)	(93)	-	(108)
	<u>(4.097)</u>	<u>(9.497)</u>	<u>-</u>	<u>(13.594)</u>
Líquido	<u>689.690</u>	<u>26.155</u>	<u>-</u>	<u>715.845</u>

Durante os exercícios de 2012 e 2011, a Companhia remensurou a provisão para investimentos em rodovias pela revisão da estimativa e época para liquidar a obrigação presente e reconheceu o ajuste em contrapartida do ativo intangível, conforme previsto na OCPC 05. Vide nota explicativa nº 11.b.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada de acordo com a curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão.

c) Custo de empréstimos e financiamentos capitalizados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia capitalizou custos de empréstimo diretamente relacionados com a construção das obras em infraestrutura no montante de R\$1.000 (R\$11.452 em 2010). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo elegíveis de capitalização, em 2012, foi de 2,69%, que representa a taxa efetiva de juros das notas promissórias no exercício, líquida da receita financeira auferida pelo investimento temporário desses recursos. Em 2011, a Companhia não utilizou os empréstimos captados na construção das obras e, portanto, não capitalizou juros.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

9. Notas promissórias

Instituição financeira	2012	2011	2010
Banco do Brasil S.A.	-	139.121	129.744
BES Investimento do Brasil S.A.	-	139.066	129.758
Banco ABC Brasil S.A.	-	64.184	59.873
HSBC Bank Brasil S.A.	-	96.277	90.182
Banco Caixa Geral S.A.	-	42.790	39.915
Banco BTG Pactual S.A.	603.605	-	-
	<u>603.605</u>	<u>481.438</u>	<u>449.472</u>

Em 21 de dezembro de 2010, a Companhia realizou a primeira emissão de notas promissórias comerciais, com oferta restrita de distribuição pública, tendo sido colocada a totalidade de 135 notas promissórias no valor nominal de R\$450.000, com vencimento para 21 de junho de 2011 e remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 3,7% ao ano. Esses recursos foram utilizados para quitação de Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), contratadas para permitir à Companhia efetuar os pagamentos do ônus fixo da concessão devidos a ARTESP pela outorga da concessão. Os custos de captação totalizaram R\$3.968 e foram contabilizados como dedução do valor principal captado.

Em 20 de junho de 2011, a Companhia realizou a segunda emissão de notas promissórias comerciais, com oferta restrita de distribuição pública, tendo sido colocada a totalidade de 135 notas promissórias no valor nominal de R\$484.200, com vencimento para 17 de dezembro de 2011 e remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 3,7% ao ano. Os recursos recebidos pela Companhia foram utilizados para quitação das notas promissórias comerciais da primeira emissão. Os custos de captação totalizaram R\$3.275 e foram contabilizados como dedução do valor principal captado.

Em 15 de dezembro de 2011, a Companhia realizou a terceira emissão de notas promissórias comerciais, com oferta restrita de distribuição pública, tendo sido colocada a totalidade de 135 notas promissórias no valor nominal de R\$484.200, com vencimento para 13 de junho de 2012 e remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 3,7% ao ano. Os recursos recebidos pela Companhia foram utilizados para quitação das notas promissórias comerciais da segunda emissão. Os custos de captação totalizaram R\$6.278 e foram contabilizados como dedução do valor principal captado.

Em 01 de junho de 2012, o Banco BTG Pactual S.A. adquiriu no mercado secundário as notas promissórias que venceram dia 13 de junho de 2012, prorrogando-as em 60 dias.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras—Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

9. Notas promissórias—Continuação

Em 13 de agosto de 2012, a Companhia realizou a emissão da 4ª série de notas promissórias comerciais, no montante de R\$600.000, tomadas integralmente pelo Banco BTG Pactual S.A., com vencimento do principal em 13 de agosto de 2013 e remuneradas com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 3,7% ao ano. Os juros são pagos quadrimestralmente. Esses recursos foram substancialmente utilizados para quitação das notas promissórias comerciais da terceira emissão. Os custos de captação totalizaram R\$7.494 e foram contabilizados como dedução do valor principal captado.

Essas notas promissórias estão garantidas por: (i) alienação fiduciária das ações de controle acionário da Companhia; (ii) cessão fiduciária da totalidade dos recebíveis da Companhia; e (iii) constituição em garantia de todos os direitos emergentes da concessão.

Conforme contrato assinado entre as partes, a emissão das notas promissórias da quarta emissão possui as seguintes principais cláusulas restritivas:

- (a) na hipótese de excussão das garantias objeto dos Contratos de Garantia, em observância às disposições do artigo 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (“Lei de Concessões”), obter prévia aprovação da ARTESP na hipótese de transferência do controle acionário da Companhia, bem como respeitar o direito de co-segurado da ARTESP nas apólices de seguros exigidas no Contrato de Concessão;
- (b) manter a relação de dívida sobre o capital social da Companhia em proporção inferior a 75/25 durante o prazo de vigência das notas promissórias comerciais, sendo que, caso solicitado pelo Agente de Notas, apresentar balancetes parciais para confirmação da mencionada relação de, no máximo, 75/25, sendo certo que a memória de cálculo com todas as contas abertas necessárias para a obtenção final desta relação deverá ser realizada pela Companhia e entregue tempestivamente ao Agente de Notas;
- (c) exceto pelos mútuos a pagar, pelo Acordo de Acionistas existente na data de celebração deste Contrato, não celebrar qualquer acordos que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, vincule ou possa criar qualquer ônus ou gravame ou limitação de disposição de ações emitidas pela Companhia; e,
- (d) não realizar, nem permitir que a Companhia realize, qualquer cisão, fusão ou incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária que implique na alteração do seu controle ou redução do seu capital social, sem aprovação prévia escrita e expressa dos titulares das notas promissórias comerciais.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

9. Notas promissórias--Continuação

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia atende a todas as suas cláusulas restritivas acima descritas.

Em 31 de dezembro de 2012, a taxa efetiva de juros das notas promissórias era de 7,05% (14,94% em 31 de dezembro de 2011 e 16,94% em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2012, os custos de captação a amortizar contabilizados nas notas promissórias era de R\$4.620 (R\$5.720 em 31 de dezembro de 2011 e R\$1.987 em 31 de dezembro de 2010), amortizável no curto prazo, conforme o cronograma de vencimento atrelado às respectivas notas promissórias.

10. Partes relacionadas

a) Remuneração da administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	2012	2011	2010
Remuneração fixa (1)	(911)	(909)	(728)
Remuneração variável (2)	(403)	(457)	(407)
	<u>(1.314)</u>	<u>(1.366)</u>	<u>(1.135)</u>

(1) Incluem salários e honorários da administração, férias, 13º salário e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

(2) Referem-se à participação nos resultados, mencionada na nota explicativa nº 16.

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na nota explicativa nº 16.

b) Mútuos a pagar

	Mútuos a pagar			Despesas financeiras		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Cibe Investimentos e Participações S.A.	-	19.096	17.028	-	2.068	578
Atlantia Bertin Participações S.A.	20.807	-	-	1.710	-	-
Opway - Engenharia S.A.	-	-	13.623	-	-	464
Ascendí International Holding B.V.	20.808	15.279	-	1.710	1.656	-
Leão & Leão Ltda.	-	3.820	3.406	-	414	115
	<u>41.615</u>	<u>38.195</u>	<u>34.057</u>	<u>3.420</u>	<u>4.138</u>	<u>1.157</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

b) Mútuos a pagar--Continuação

Os contratos de mútuos foram originalmente celebrados em 09 de agosto de 2010, conforme previsto no Contrato de Suporte de Acionistas (vigente até a quitação das notas promissórias de terceira emissão, em 13 de agosto de 2012), celebrado entre a Companhia, os acionistas e os credores.

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores, e são remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP), acrescida de 0,5% ao mês.

Em decorrência das mudanças na composição acionária da Companhia em 2011 e 2012, ocorreram transferências dos mútuos entre os acionistas, por meio de acordos de cessão de créditos, em proporção equivalente às alterações na participação no capital social da Companhia. Vide nota explicativa nº 12.

11. Provisões

	2012	2011	2010
Provisão para demandas judiciais	1.686	1.480	42
Provisão para investimentos em rodovias	8.078	28.085	88.513
Provisão para manutenção em rodovias	13.160	4.167	2.714
	<u>22.924</u>	<u>33.732</u>	<u>91.269</u>
Parcela classificada no passivo circulante	(3.658)	(23.248)	(84.744)
Não circulante	<u>19.266</u>	<u>10.484</u>	<u>6.525</u>

a) Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas advindos do curso normal de suas operações e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

A Administração constitui provisão para perdas, considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação

a) Provisão para demandas judiciais--Continuação

A movimentação da provisão para demandas judiciais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 foi como segue:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012			
	Saldo inicial	Adição	Saldo final
Trabalhistas e cíveis	1.480	206	1.686
	1.480	206	1.686

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011			
	Saldo inicial	Adição	Saldo final
Trabalhistas e cíveis	42	1.438	1.480
	42	1.438	1.480

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010			
	Saldo Inicial	Adição	Saldo final
Trabalhistas e cíveis	-	42	42
	-	42	42

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui o equivalente à R\$7.090 de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perdas, razão pela qual a administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais, conforme comentado na nota explicativa nº 8. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação

b) Provisão para investimentos em rodovias--Continuação

A movimentação da provisão nos exercícios foi como segue:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2012					Saldo Final
	Saldo Inicial	Atualização monetária	Remensuração	Reversão do AVP	Pagamento	
Provisão para investimentos	28.861	530	13.958	-	(35.205)	8.144
Ajuste a valor presente (AVP)	(776)	-	-	710	-	(66)
	28.085	530	13.958	710	(35.205)	8.078

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2011					Saldo Final
	Saldo Inicial	Atualização monetária	Remensuração	Reversão do AVP	Pagamento	
Provisão para investimentos	91.510	4.892	(10.552)	-	(56.989)	28.861
Ajuste a valor presente (AVP)	(2.997)	-	123	2.098	-	(776)
	88.513	4.892	(10.429)	2.098	(56.989)	28.085

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010					Saldo final
	Saldo Inicial	Atualização monetária	Reversão do AVP	Pagamento		
Provisão para investimentos	96.305	4.705	-	(9.500)		91.510
Ajuste a valor presente (AVP)	(6.802)	-	3.805	-		(2.997)
	89.503	4.705	3.805	(9.500)		88.513

Em 2011 e 2012, a Companhia revisou a estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente. A remensuração na provisão foi contabilizada em contrapartida do ativo intangível, conforme previsto pela OCPC 05.

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

Ano de execução	2012	2011	2010
2011	-	-	84.744
2012	-	23.248	995
2013	3.658	4.837	1.648
2014	4.420	-	41
2015	-	-	972
2016	-	-	113
	8.078	28.085	88.513

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

11. Provisões--Continuação

c) Provisão para manutenção em rodovias

É constituída com base na melhor estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do resultado do exercício. O passivo, a valor presente, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, conforme movimentação abaixo:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2012		
	Saldo inicial	Adição	Saldo inicial
Provisão para manutenção	8.917	12.703	21.620
Ajuste a valor presente (AVP)	(4.750)	(3.710)	(8.460)
Saldo	4.167	8.993	13.160

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2011		
	Saldo Inicial	Adição	Saldo Inicial
Provisão para manutenção	4.270	4.647	8.917
Ajuste a valor presente (AVP)	(1.556)	(3.194)	(4.750)
Saldo	2.714	1.453	4.167

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010		
	Saldo Inicial	Adição	Saldo inicial
Provisão para manutenção	1.578	2.692	4.270
Ajuste a valor presente (AVP)	(619)	(937)	(1.556)
Saldo	959	1.755	2.714

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada 5 anos), sinalização de rodovias (a cada 8 anos) e sistemas de controles (a cada 10 anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Ano de execução	2012	2011	2010
2017	6.771	1.002	770
2018	942	484	292
2019	3.129	1.730	1.375
2020	908	437	277
2021	1.410	514	-
	13.160	4.167	2.714

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

12. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, o capital social está representado por 22.357.847.595 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2012		
		Integralizadas	A Integralizar	Subscritas
Atlantia Bertin Participações S.A.	50,00%	11.178.923.797	-	11.178.923.797
Ascendi International Holding B.V.	50,00%	11.178.923.798	-	11.178.923.798
		<u>22.357.847.595</u>	<u>-</u>	<u>22.357.847.595</u>

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2011		
		Integralizadas	A Integralizar	Subscritas
Cibe Investimentos e Participações S.A.	50,00%	11.178.923.797	-	11.178.923.797
Ascendi International Holding B.V.	40,00%	8.943.139.038	-	8.943.139.038
Leão & Leão Ltda.	10,00%	2.235.784.760	-	2.235.784.760
		<u>22.357.847.595</u>	<u>-</u>	<u>22.357.847.595</u>

Acionistas	Participação acionária	Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2010		
		Integralizadas	A Integralizar	Subscritas
Cibe Investimentos e Participações S.A.	49,99%	11.178.498.992	821.045.002	11.999.543.994
Opway - Engenharia S.A.	40,00%	8.943.139.034	656.860.962	9.599.999.996
Leão & Leão Ltda.	10,00%	2.235.784.758	164.215.240	2.399.999.998
Equipav S.A. - Pavimentação, Engenharia e Comércio	0,01%	424.799	31.201	456.000
Outros	-	12	-	12
Total		<u>22.357.847.595</u>	<u>1.642.152.405</u>	<u>24.000.000.000</u>

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, o capital autorizado da Companhia era de R\$279.000.

O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

Em 17 de março de 2010, os acionistas aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o desmembramento de ações na proporção de 01 ação para 100 (cem) ações.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

12. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital Social--Continuação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, os acionistas integralizaram os seguintes montantes: R\$11.500 e R\$26.900, em 17 de março de 2010 e em 19 de abril de 2010, respectivamente. Nessas datas, também foi autorizado o aumento do capital subscrito em R\$21.000 e R\$30.000, respectivamente.

Em 22 de agosto de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução do capital social subscrito da Companhia, passando de R\$240.000 para R\$223.578, mediante o cancelamento das ações não integralizadas naquela data.

Alteração na participação dos controladores

Quando a Companhia foi constituída, em 2009, a participação do Grupo CIBE na sociedade deu-se por meio da Equipav, sociedade que detinha 50% das ações da Companhia e, juntamente com a Opway, detentora de 40% das ações (representando o Grupo Ascendi) e a Leão & Leão, detentora de 10% das ações, formava o grupo de controle da Companhia.

Em 15 de junho de 2010, as empresas formadoras do Grupo CIBE (Heber e Equipav) resolveram pôr fim à sua parceria e promoveram uma reestruturação societária com mudanças na composição do bloco de controle, pela qual a Heber resultou como controladora última e exclusiva do Grupo CIBE.

Em decorrência, a Heber adquiriu 99,998% da participação societária da Equipav na Companhia e, posteriormente, fez dação em pagamento desta participação para a Cibe Participações e Empreendimentos S.A. a qual, sucessivamente, conferiu esta participação para capitalizar sua subsidiária integral Cibe Investimentos e Participações S.A..

Ressalta-se que referida operação não acarretou alteração no bloco de controle da Companhia, o que é vedado pelo Poder Concedente caso ocorra em menos de 2 (dois anos) contados da assinatura do Contrato de Concessão. A ARTESP anuiu com o processo de reorganização societária da Companhia, conforme publicação realizada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 03 de dezembro de 2010.

Com a conclusão desta fase do processo de reorganização societária, a Cibe Investimentos e Participações S.A. passou a deter 49,999% das ações da Companhia, a Opway 40%, a Leão & Leão 10% e a Equipav 0,001%

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

12. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital Social--Continuação

Alteração na participação dos controladores--Continuação

Posteriormente, realizou-se a transferência das ações da Companhia detidas pela Opway para a Ascendi International Holding B.V., e do restante das ações de propriedade da Equipav para a CIBE Investimentos e Participações S.A.. A ARTESP anuiu com o processo de reorganização societária da Companhia, conforme publicação realizada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 25 de novembro de 2011.

Em 11 de maio de 2012, ocorreu a transferência das ações pertencentes à Leão & Leão Ltda. para a Ascendi International Holding B.V., já acionista e detentora de 40% das ações da Companhia.

Em 29 de junho de 2012, ocorreu a transferência das ações pertencentes à CIBE Investimentos e Participações S.A. para a Atlantia Bertin Participações S.A.. Com isso, o novo quadro societário passou a ser composto por Atlantia Bertin Participações S.A. e Ascendi International Holding B.V., cada qual com 50% de participação societária.

b) Distribuição de lucros

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia assegura a seus acionistas o pagamento de dividendos em cada exercício social, no montante de, no mínimo, 25% do seu lucro líquido, após dedução de 5% para constituição de reserva legal. Contudo, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório não será pago no exercício em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. Os dividendos assim retidos serão pagos quando a situação financeira permitir.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

Em função da Companhia não ter apresentado lucro líquido nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, não foram distribuídos dividendos aos acionistas.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

12. Patrimônio líquido--Continuação

b) Distribuição de lucros--Continuação

A distribuição dos dividendos da Companhia ocorrerá anualmente. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá declarar dividendos intermediários baseado em balanços semestrais ou em períodos menores, os quais, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderão exceder o montante das reservas de capital da Companhia. Os dividendos intermediários podem ser abatidos do valor do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.

As notas promissórias comerciais emitidas pela Companhia (vide nota explicativa nº 9) contêm restrições quanto à distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia esteja inadimplente com relação a qualquer obrigação pecuniária devida. Por outro lado, o Contrato de Concessão não prevê restrições no que tange à distribuição de dividendos entre os acionistas ou o pagamento de participações aos administradores.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a parte eficaz do *hedge* de fluxo de caixa até a data do balanço, líquido de impostos, mencionada na nota explicativa nº 18.

13. Receita operacional líquida

	2012	2011	2010
Receita com arrecadação de pedágio	172.442	158.685	147.120
Receita de serviços de construção	113.479	97.350	37.478
Receitas acessórias	4.800	580	520
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(15.474)	(14.210)	(12.706)
	<u>275.247</u>	<u>242.405</u>	<u>172.412</u>

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços – ISS (de 4,5% a 5%), Programa de integração social – PIS (0,65%) e Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS (3%).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

14. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	2012	2011	2010
Com pessoal (Nota 16)	(19.294)	(18.036)	(14.933)
Serviços de terceiros	(24.783)	(22.927)	(22.762)
Depreciação e amortização	(14.603)	(12.820)	(9.813)
Ônus variável da concessão	(5.310)	(4.879)	(4.429)
Manutenção e conservação	(9.156)	(11.000)	(8.563)
Custo dos serviços de construção	(113.479)	(97.350)	(37.478)
Serviços de manutenção em rodovias (Nota 11.c)	(8.993)	(1.453)	(1.755)
Seguros e garantias	(5.288)	(2.483)	(5.988)
Honorários da administração (Nota 10.a)	(1.314)	(1.366)	(1.135)
Provisão para demandas judiciais (Nota 11.a)	(206)	(1.438)	(42)
Outros	(3.399)	(4.150)	(2.221)
	<u>(205.825)</u>	<u>(177.902)</u>	<u>(109.119)</u>
Classificados como:			
Custos dos serviços prestados	(182.878)	(161.748)	(93.572)
Despesas gerais e administrativas	(22.947)	(16.154)	(15.547)
	<u>(205.825)</u>	<u>(177.902)</u>	<u>(109.119)</u>

15. Resultado financeiro

	2012	2011	2010
Despesas financeiras			
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias e financiamentos	(70.317)	(76.646)	(41.453)
Perda não realizada com operação de derivativo (Nota 18)	(6.224)	-	-
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 10.b)	(3.420)	(4.138)	(1.157)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias e credor pela concessão	(1.240)	(6.990)	(17.471)
Multas passivas	(5.872)	(14)	-
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(171)	(139)	(3.734)
Outras despesas financeiras	(835)	(494)	(1.374)
	<u>(87.879)</u>	<u>(88.421)</u>	<u>(65.189)</u>
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.920	7.604	372
Ganho realizado com operação de derivativo (Nota 18)	7.780	-	-
Outros	79	44	47
	<u>9.779</u>	<u>7.648</u>	<u>419</u>
Resultado financeiro	<u>(78.100)</u>	<u>(80.773)</u>	<u>(64.770)</u>

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

16. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	2012	2011	2010
Salários e encargos sociais	(14.794)	(12.845)	(11.156)
Benefícios previstos em lei	(1.393)	(1.351)	(1.143)
Benefícios adicionais	(1.947)	(1.815)	(1.343)
Plano de participação nos resultados	(1.160)	(2.025)	(1.291)
	<u>(19.294)</u>	<u>(18.036)</u>	<u>(14.933)</u>

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia tem como prática conceder a seus empregados e administradores benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos colaboradores e administradores de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, quando incorridos. A Companhia não concede benefícios pós-emprego a seus empregados e administradores.

Plano de participação nos resultados

A Companhia possui plano complementar de remuneração variável, aprovado pelo Conselho de Administração, para empregados e administradores que considera o atendimento de metas pré-estabelecidas para o ano, conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.

17. Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido ou prejuízo do exercício pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido ou prejuízo pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

17. Resultado por ação--Continuação

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais diluídas ou dívidas conversíveis em ações ordinárias. Portanto, o resultado básico e diluído por ação são equivalentes.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 (em milhares, exceto valores por ação):

	2012	2011	2010
Numerador:			
Prejuízo do exercício	(7.854)	(11.201)	(1.058)
Denominador:			
Média ponderada do número de ações	22.357.847.595	22.357.847.595	21.315.042.788
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações - R\$	(0,3513)	(0,5010)	(0,0496)

Conforme comentado na nota explicativa nº 12.a, em 17 de março de 2010, as ações da Companhia foram desmembradas na proporção de 01 ação para 100 ações. Conseqüentemente, a média ponderada do número de ações do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, demonstrada acima, considera o efeito desse desmembramento.

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

18. Atividade de hedge e derivativo

Em 06 de junho de 2012, para mitigar o risco de taxa de juros sobre as notas promissórias, remuneradas pela variação do CDI e *spread* de 3,7% ao ano, a Companhia contratou, junto ao Banco BTG Pactual S.A., um *swap* de taxa de juros, no qual a Companhia concorda em trocar a diferença entre os valores das taxas de juros variável (CDI e *spread* de 3,7%) e fixa de 8,35% (acrescida da variação do IPCA) calculados com base no valor nominal de R\$600.000. Esse *swap* pretende dar cobertura (*hedge*) às notas promissórias a pagar, dessa forma, depois de considerar o efeito do *swap* de taxa de juros, as notas promissórias, que representam 94% do total do passivo exposto ao CDI, estão sujeitas a taxa fixa de juros.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

18. Atividade de hedge e derivativo--Continuação

A marcação a mercado (valor justo) do instrumento financeiro derivativo foi calculada pela curva futura de mercado publicada pela BM&FBOVESPA, trazida a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para o prazo negociado. Segue abaixo o valor justo do *swap* em 31 de dezembro de 2012:

	<u>31/12/2012</u>
Ponta ativa – CDI + 3,7%	621.431
Ponta passiva – IPCA + 8,35%	<u>(644.885)</u>
Perda não realizada	<u>(23.454)</u>

Em 01 de outubro de 2012, a Companhia decidiu por aplicar a contabilidade de *hedge* para o referido contrato, o qual foi designado formalmente como *hedge* de fluxo de caixa.

A Companhia classificou formalmente e documentou a relação de *hedge* à qual a Companhia desejou aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. Adicionalmente, foi avaliada a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças nos fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Os testes demonstraram que esse *hedge* é altamente eficaz para compensar mudanças nos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2012, a efetividade foi de 96%. Consequentemente, por ser designado como um *hedge* de fluxo de caixa, a parte eficaz da perda do instrumento de *hedge* foi reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos efeitos tributários.

O efeito do ajuste a valor justo da operação no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi como segue:

Valor justo do derivativo em 31 de dezembro de 2012	(23.454)
Variação no valor justo até a adoção da contabilização de <i>hedge</i> (despesa financeira)	<u>6.224</u>
Efeito no patrimônio líquido	<u>17.230</u>

Adicionalmente, em 13 de novembro de 2012, foi efetuada a primeira troca de fluxo de caixa conjuntamente com o pagamento dos juros sobre as notas promissórias. Nessa data, a Companhia apurou um ganho relativo ao contrato de derivativo, que foi recebido em espécie, no montante de R\$7.780 e contabilizada na rubrica receitas financeiras.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se do risco cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira.

A alta administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, notas promissórias e mútuos a pagar a partes relacionadas.

- Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às notas promissórias e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 31 de dezembro de 2012, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no resultado da Companhia antes da tributação (que é afetado substancialmente pelo impacto da variação da taxa média do CDI sobre as aplicações financeiras, notas promissórias, mútuos a pagar a partes relacionadas e instrumento financeiro derivativo, sendo esse último também afetado pelo impacto da variação do IPCA).

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

a. Risco de mercado--Continuação

▪ Risco de taxa de juros—Continuação

		Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Passivo financeiro	Risco			
Notas promissórias	Aumento do CDI	27.608	33.900	40.153
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	3.119	3.844	4.569

		Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Passivo financeiro	Risco			
Notas promissórias	Aumento do CDI	27.608	33.900	40.153
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	3.119	3.844	4.569
Instrumento financeiro derivativo	Aumento do CDI	23.454	17.115	11.199

		Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Ativo financeiro	Risco			
Aplicações financeiras	Queda do CDI	3.309	2.483	1.654

		Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Ativo financeiro	Risco			
Aplicações financeiras	Queda do CDI	3.309	2.483	1.654

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer / auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 é o valor registrado na rubrica contas a receber, no balanço patrimonial.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b. Risco de crédito--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 é o valor registrado na rubrica caixa e equivalentes de caixa, no balanço patrimonial.

Segue abaixo a composição de caixa e equivalentes de caixa por instituição financeira:

	2012	2011	2010
Banco Banif	7.237	5.435	31
Banco Bradesco	9.236	1.095	3.074
Banco do Brasil	463	1.606	71.591
Banco Itaú	120	2.026	101
BES Investimento do Brasil	10.204	5.122	-
Banco Caixa Geral	10.203	5.458	-
Banco BTG Pactual	10.265	-	-
Bic Banco	-	5.226	-
Caixa Econômica Federal	-	1.151	-
	<u>47.728</u>	<u>27.119</u>	<u>74.797</u>
Fundo fixo de caixa	223	228	328
Total	<u>47.951</u>	<u>27.347</u>	<u>75.125</u>

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

19. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

c. Risco de liquidez--Continuação

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2012 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	20.241	-	-	20.241
Notas promissórias (Nota 9)	15.541	631.649	-	647.190
Instrumento financeiro derivativo (Nota 18)	(4.698)	29.656	-	24.958
Credor pela concessão	578	-	-	578
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	-	-	41.615	41.615
Total	31.662	661.305	44.615	734.582

Conforme mencionado na Nota 1, a Companhia está em processo de obtenção de recursos financeiros de longo prazo, através da emissão de debêntures. A Companhia espera que esse processo seja finalizado até agosto de 2013.

d. Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida as notas promissórias, mútuos a pagar a partes relacionadas, instrumento financeiro derivativo, menos caixa e equivalentes de caixa.

	2012	2011	2010
Notas promissórias	603.605	481.438	449.472
Instrumento financeiro derivativo	23.454	-	-
Mútuos a pagar a partes relacionadas	41.615	38.195	34.057
(-) Caixa e equivalente de caixa	(47.951)	(27.347)	(75.125)
Dívida líquida	620.723	492.286	408.404
Patrimônio líquido	188.182	207.408	218.609
Patrimônio líquido e dívida líquida	808.905	699.694	627.013

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

20. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

	2012	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	47.951	47.951
Contas a receber (Nota 5)	17.834	17.834
Passivos financeiros		
Fornecedores e prestadores de serviços	20.241	20.241
Notas promissórias (Nota 9)	603.605	621.431
Instrumento financeiro derivativo	23.454	23.454
Credor pela concessão	578	578
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	41.615	41.615
	2011	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	27.347	27.347
Contas a receber (Nota 5)	13.625	13.625
Passivos financeiros		
Fornecedores e prestadores de serviços	21.249	21.249
Notas promissórias (Nota 9)	481.438	481.438
Credor pela concessão	539	539
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	38.195	38.195
	2010	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	75.125	75.125
Contas a receber (Nota 5)	11.385	11.385
Passivos financeiros		
Fornecedores e prestadores de serviços	9.922	9.922
Notas promissórias (Nota 9)	449.472	449.472
Credor pela concessão	391	391
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	34.057	34.057

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

20. Valor justo dos ativos e passivos financeiros--Continuação

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e prestadores de serviços e credor pela concessão se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo das notas promissórias é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os valores justos das notas promissórias aproximam-se dos seus valores contábeis, visto que a emissão de tais títulos ocorreu próximo ao final dos exercícios e possuíam vencimento no curto prazo.
- O valor justo dos mútuos a pagar a partes relacionadas se aproxima de seu respectivo valor contábil, uma vez que são remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de 0,5% ao mês e não possuem data de vencimento.
- O valor justo do instrumento financeiro derivativo é obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. A técnica de avaliação aplicada inclui modelo de precificação de swaps, com cálculo a valor presente. O modelo incorpora diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes e curvas das taxas de juros.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

20. Valor justo dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Ativos avaliados a valor justo

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, a Companhia não possui ativos avaliados a valor justo.

Passivo avaliado a valor justo

	2012			
	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumento financeiro derivativo	23.454	-	23.454	-

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não possui passivos avaliados a valor justo.

21. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	1.295.043
	Responsabilidade civil	24.780
	Riscos de engenharia	188.706
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	86.764
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	134.887

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

22. Informações complementares dos fluxos de caixa

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Transações que não envolvem desembolsos de caixa			
Adições ao intangível com capitalização de juros	1.000	-	11.452

A Companhia classifica os juros pagos como fluxo de caixa da atividade de financiamento.